



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: 0000033-81.2017.8.26.0555
 Classe - Assunto: Ação Penal - Procedimento Sumário - Crimes de Trânsito
 Documento de Origem: OF, BO, IP-Flagr. - 238/2017 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO, 432/2017 - 2º Distrito Policial de São Carlos, 41/2017 - 1º Distrito Policial de São Carlos
 Autor: Justiça Pública
 Réu: LUIS RICARDO BATISTA

Justiça Gratuita

Aos 23 de junho de 2017, às 13:30h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. **CARLOS EDUARDO MONTES NETTO**, comigo Escrevente ao final nomeada, foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Luiz Carlos Santos Oliveira, Promotor de Justiça, bem como do réu **LUIS RICARDO BATISTA**, acompanhado do defensor, Dr. Glaudecir José Passador. Iniciados os trabalhos, as partes desistiram da oitiva das testemunhas de acusação Luiz Fabiano da Silva e Renato Fabiano Cipolla. O MM. Juiz homologou as desistências e passou a interrogar o réu, o que foi feito através de gravação em mídia digital, nos termos dos Provimentos nº 866/04 do Conselho Superior da Magistratura e 23/04 da Corregedoria Geral de Justiça, com as alterações previstas na Lei nº 11419/06, sendo impressa a qualificação em separado e anexada na sequência. Estando encerrada a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: O réu foi denunciado como incurso no artigo 306, "caput", da Lei nº 9.503/97, porque no dia indicado na denúncia dirigia veículo em via pública estando com sua capacidade psicomotora alterada em razão da ingestão de álcool. A ação é procedente. Ouvido, o réu admitiu a prática do fato, confissão esta que se harmoniza com a prova produzida na fase inquisitorial. Com a alteração do Código de Trânsito, que deu nova redação ao artigo 306, o enunciado normativo indica claramente que o crime se caracteriza mediante algumas situações, dentre elas está o motorista a dirigir com índice de alcoolemia igual ou superior àquele indicado na norma, independentemente de sua direção causar perigo concreto. Este é o entendimento unânime da jurisprudência após a alteração legislativa. No caso, o réu dirigia com índice de alcoolemia acima do permitido na norma penal. Isto posto, requeiro a condenação do réu nos termos da denúncia. Como é primário é o caso de substituir a pena privativa de liberdade por restritiva de direito. **Dada a palavra À DEFESA:** MM. Juiz: A Defesa apresenta memorial em três vias digitadas no anverso. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. LUIS RICARDO BATISTA**, RG 45.412.916, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 306, "caput", da Lei nº 9.503/97, porque no dia 11 de fevereiro de 2017, por volta das 04h27min, na Rua Coronel José Augusto de Oliveira Salles, Vila Prado, nesta cidade, conduziu seu veículo automotor GM/Vectra Sedan Elegance, placas DZI-8565-Alfenas-MG, cor prata, ano modelo 2008, estando com a sua capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool. Consoante o apurado, mesmo após ingerir bebida alcoólica, o denunciado se pôs a trafegar com o veículo supramencionado por esta cidade e comarca com a sua capacidade psicomotora alterada. E tanto isso é verdade que, após desrespeitar ordem de parada emanada de policiais militares e dar início a uma breve perseguição, o denunciado foi finalmente abordado no local dos fatos, ocasião em que, diante dos seus sinais de embriaguez, veio a ser convidado a se submeter ao



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

teste do etilômetro. Extraí-se do documento acostado a fls. 12 que o indiciado apresentava à época dos fatos a dosagem de 0,65mg/l de álcool por litro de ar alveolar, quantidade esta suficiente para fins de constatação do presente crime, nos termos do artigo 306, parágrafo primeiro, inciso I, da Lei 9.503/97, o que justificou a sua prisão em flagrante delito. O réu foi preso em flagrante, sendo concedida ao mesmo a liberdade provisória mediante pagamento de fiança (página 26). Recebida a denúncia (pag.76), o réu foi citado (pag.91) e respondeu a acusação através de seu defensor (pag.81/84). Sem motivos para a absolvição sumária designou-se audiência de instrução e julgamento realizada nesta data, onde foi o réu foi interrogado. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação nos termos da denúncia e a Defesa requereu a suspensão condicional do processo ou benefícios na aplicação da pena. **É o relatório. DECIDO.** Procede a acusação. A materialidade positivada pela prova documental (auto de prisão em flagrante e teste de etilômetro), além da prova oral. Ouvido em juízo, o acusado confessou o crime, estando sua versão em consonância com a prova extrajudicial, restando evidente a autoria. É inviável a suspensão condicional do processo, nos termos da manifestação do MP de fls. 74, considerando que o réu está sendo processado por outro delito, conforme certidão de fls. 68. Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE A ACUSAÇÃO** para impor pena ao réu. Observando todos os elementos individualizadores da reprimenda, que o réu, embora registrando antecedente, é tecnicamente primário, delibero impor-lhe as penas nos respectivos mínimos, isto é, de seis meses de detenção e dez dias-multa, além da suspensão de sua habilitação para dirigir por dois meses. Presentes os requisitos legais, substituo a pena privativa de liberdade por pena restritiva de direito consistente na prestação pecuniária de um salário mínimo em favor de entidade pública ou privada com destinação social. **Condeno**, pois, **LUÍS RICARDO BATISTA** à pena de **6 (seis) meses de detenção e dez dias-multa, no valor mínimo, substituída a primeira por pena restritiva de direito, consistente em prestação pecuniária de um salário mínimo em favor de entidade pública ou privada com destinação social a ser designada oportunamente, por ocasião da execução, além da suspensão de sua habilitação para dirigir por dois (2) meses**, por ter transgredido o artigo 306 da Lei 9503/97. Em caso de reconversão à pena primitiva o regime será o **aberto. Deixo de responsabilizá-lo pelo pagamento da taxa judiciária por ser beneficiário da justiça gratuita.** Autorizo o levantamento da fiança para o abatimento das penas estabelecidas. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. **NADA MAIS.** Eu, _____, Cássia Maria Mozaner Romano, Oficial Maior, digitei e subscrevi.

MM. JUIZ (assinatura digital):

MP:

DEF.:

Réu: